



AS MINORIAS NAS NARRATIVAS DA MÍDIA

Raquel Paiva de Araújo Soares

ECO - UFRJ

RESUMO: O trabalho pretende, a partir de um mapeamento da narrativa midiática na atualidade, investigar a natureza das narrativas sobre os grupos minoritários, tentando averiguar se ainda estão marcadas por preconceitos e idéias estigmatizadas. Pretende ainda intervir com a proposição de novas composições para que as narrativas sobre as minorias na atualidade possam ser efetivamente inclusivas, respeitando-se o seu compromisso identitário.

PALAVRAS CHAVE: Mídia-Minoria- Narrativa.

A proposição central do trabalho é enveredar pela tentativa de compor uma teoria narratológica da produção jornalística e assim tornar viável a análise dos discursos sobre as minorias. Articulada em tópicos, a proposta se esquematiza em etapas. Inicialmente, será necessário definir o que se entende por narrativa, bem como sua estrutura. Em seguida, estabelecer um paralelo com o que se entende por narrativa jornalística e sua morfologia, possibilitando a leitura de discursos em que o enfoque sejam os grupos minoritários. E finalmente, explorar a possibilidade de uma estrutura narrativa inclusiva para os grupos minoritários.

Em linhas bastante gerais, no intuito de introduzir a temática, pode-se afirmar que, ao longo da história da humanidade, tem-se composto uma infinidade de narrativas, como possibilidade de armazenamento da memória coletiva, portanto de viabilidade de um futuro comum. Algumas características são comuns e estão presentes nestas narrativas, definindo mesmo a sua natureza. Dentre elas, o caráter moralizador, que normatiza os comportamentos sociais e, assim, viabiliza a convivialidade.

Pode-se ainda discutir a pertinência da categoria “senso comum” no universo da narrativa. Neste sentido, é preciso compreender inicialmente que a produção midiática — segundo apostam os mais diversos teóricos — atua totalmente em sintonia com a aplicação do que pode ser entendido como consensual ou da generalização comum. Como o

entendimento do que constitui a idéia de “senso comum” é contraditório, não se pretende desenvolvê-lo longamente no momento, mas vale destacar o pensamento do filósofo pragmatista americano Richard Rorty, com vistas a de implementar uma visão crítica sobre este pressuposto. Isto porque, para o filósofo americano, o senso comum é uma idéia imobilizadora, no sentido de que representa uma postura a ser vivida coletivamente em direção às novas posturas, inclusive aquelas mais socialmente inclusivas.

Rorty diz que “quando o senso comum é posto em causa, os seus adeptos começam por responder generalizando e tornando explícitas as regras do jogo de linguagem que estão habituados a jogar. Ser de senso comum é partir do princípio de que os enunciados bastam para descrever e julgar crenças, ações e vidas.”(RORTY,R., 1992 ,p.104).

A proposição de Rorty encaminha-se no mesmo sentido a que se propõe este texto, ou seja, centra-se na idéia de que, em uma redescrição, “qualquer coisa pode ganhar um aspecto positivo ou negativo”. (IDEM) É o que aqui se pretende estabelecer — partindo do aforisma nietzscheano, de que “não existem fatos, somente interpretações”, desenvolvido a partir da máxima “o mundo tornou-se uma fábula” —, valorizando-se de maneira vitalizante não mais a pressuposição de verdade, mas sim a interpretação, nos moldes do filósofo italiano Gianni Vattimo, ou mesmo nos de Rorty, com a redescrição. Ou por outra, valoriza-se a produção jornalística exatamente no que ela aponta como definidor de sua especificidade: a elaboração de relatos.

As notícias, em sua concepção mais imediata, são relatos de acontecimentos. Estes relatos, que historicamente sempre significaram poder discursivo, acesso às elites e pressuposição argumentativa, aportam necessariamente na idéia de tradução do real. Uma tradução que sempre propiciou ao jornalismo um dos seus mais caros dogmas: o de veículo da verdade. Este aporte messiânico conferido ao jornalismo e conseqüentemente ao exercício da sua atividade tem sido, até os dias de hoje, responsável pelos sucessivos mal-entendidos impressos na atividade profissional de tradução de enredos.

O conceito de enredo permite descortinar uma das inscrições básicas da narrativa na notícia. Explicando melhor: não existe, na concepção atual de jornalismo, notícia que não implique em um enredo, portanto, em uma armadura de acontecimentos e tramas. De igual maneira, só é possível a narrativa, quando existe algo para se contar. Para a narrativa, diferentemente de outros gêneros, torna-se imprescindível ter um fato narrável. Em seguida,

têm lugar todas as outras pré-condições para a existência da narrativa, como os dotes do narrador, sua capacidade argumentativa, persuasiva, etc. E como atestam os mais reconhecidos estudiosos do gênero, concorre como elemento definitivo para a sua implementação, a existência de um pacto entre narrador e ouvinte (receptor, leitor, telespectador).

É precisamente com base nesse pacto que Walter Benjamin, em seu célebre ensaio “O narrador”, aponta o declínio da narrativa e, conseqüentemente, da figura do narrador. Argumentava ele que estava implícito nesta atividade o intercâmbio de experiências com base na oralidade. Benjamin estabelecia também uma distinção entre narrativa e informação, apoiada na necessidade explicativa da última e ainda na premência da liberdade de interpretações a que o ouvinte está sujeito no primeiro caso. Adicione-se ainda prerrogativa da primeira em sua autoridade incontestável e em sua capacidade utilitarista, uma vez que sua existência pressuporia a transmissão de conselhos.

Enfim, Benjamin, indicava o que acabou se confirmando, ou seja, que a narrativa tradicional estava com os dias contados e que se não era de fato o seu fim, como apregoou o teórico alemão, certamente avizinhava-se uma transmutação do gênero, como aliás diagnosticou o teórico francês Jean-François Lyotard em seu célebre “A condição pós-moderna”, em 1979. Lyotard, na época, também seguindo os mesmos pressupostos benjaminianos vaticinava: “Na sociedade e na cultura contemporâneas, sociedade pós-industrial e cultura pós-moderna, a questão da legitimação do poder coloca-se em outros termos. O grande relato perdeu sua credibilidade”, passando a ser imprescindível a implementação das provas. (LYOTARD, J.F, 2002, p.69)

Outros teóricos de igual renome trabalharam na compreensão dos novos formatos de narração, como o francês Roland Barthes, que discorreu de maneira brilhante sobre o ideal e a técnica da verossimilhança, tão cara aos romances realistas. Barthes contestava a necessidade da produção do efeito de real, argumentando que a necessidade de autenticar o real redundava em seqüências descritivas e explicativas capazes de comprometer a narrativa, isto porque ela não é meramente referencial, e sim discursiva. (BARTHES, R. 1988, p.158).

Narrativa jornalística

Afinal, como é possível falar de narrativa na atualidade, principalmente, como poderia ser concebida uma narrativa jornalística? Qual seria sua pertinência? E, uma vez aceita a sua incidência, qual seria sua natureza?

Uma citação do quotidiano da atual, agregada a uma interpretação do semiólogo italiano Umberto Eco, pode ser esclarecedora. É que, recentemente na revista Época (edição de 31.03.2003), a propósito dos discursos jornalísticos sobre a investida americana no Iraque, dizia o teórico italiano: “Parece-me bastante evidente que a técnica de Saddam é a mesma de Sherazade, que conta todas as noites uma história diferente a seu senhor e assim avança por dois anos e nove meses sem que lhe cortem a cabeça. Ante uma técnica dilatória que tem raízes culturais tão profundas, há duas saídas. A primeira é não entrar no jogo, impedir Sherazade de contar suas histórias e cortar-lhe de imediato a cabeça. (...) Também neste caso é preciso perguntar se interromper de um golpe a narrativa não dará lugar a outras formas de dilação, encompridando a história de outro jeito e por outras mil noites. A segunda opção seria opor à técnica de Sherazade uma técnica simetricamente oposta, opondo a cada história de Saddam-Sherazade outra história, feita de um crescendo de ameaças, para ver a quem os nervos traem primeiro”.

Pode-se constatar hoje que a opção americana, a segunda apontada por Eco, foi também a adotada praticamente em uníssono por toda a mídia mundial, numa estratégia de relato senão antecipatória, certamente sincrônica com os acontecimentos. Avizinha-se uma vez mais o entendimento da estratégia da criação de efeitos de real como normatizadora da produção jornalística. O jornalismo na atualidade pode ser compreendido em toda a sua força como a mais convincente narrativa das realidades quotidianas. Isto torna imprescindível uma reflexão que avance para além da mera compreensão do fenómeno e que se apresente com contornos propositivos capazes de ensejarem saídas virtuais a curto e médio prazo.

É necessário lembrar que permanecemos numa cultura em que a narratividade mantém sua grande importância. Muitos fatos sociais vão sendo construídos pelo imaginário a partir da narrativa jornalística, responsável hoje, como se sabe, pelo conhecimento coletivo do mundo. Isto se sabe especialmente a partir do jornalista americano Robert Ezra Park, e posteriormente professor de sociologia da Universidade de Chicago, que na década de 50

assinalou os efeitos cognitivos da notícia, ao defini-la como “uma das formas mais elementares de conhecimento”. Este entendimento avulta quando se pretende investigar os seus aspectos narrativos. Isto porque, mesmo que a notícia refira-se a um determinado acontecimento e se realize num espaço físico muito limitado e por um espaço de tempo breve, ela atua como elemento de partida para a rotina de rituais quotidianos.

Para Park, o primeiro tipo de conhecimento define-se como formal e analítico, sistemático e científico, cumulativo e exaustivo, enquanto o segundo, do qual faz parte a notícia jornalística, se define como não-sistemático, intuitivo, fragmentário e enraizado no senso comum, partilhado coletivamente por uma comunidade. Desta maneira, conclui que as notícias, “no seu conjunto e pela sua ação constante, determinam o conhecimento que um indivíduo tem do seu meio e sua posição relativamente a esse mesmo meio.” (SAPERAS, E. 1987, 22) Para ele, as notícias cumprem uma função essencial na orientação dos indivíduos e da sociedade para com o mundo e a sua realidade.

Esta idéia da informação como construção da realidade social é bastante discutível e tem sido estudada por vários autores. Um outro autor, recente, o italiano Giorgio Grossi, esceveu em 1984 um artigo com o título “Informazione e legittimazione: un approccio critico ai modelli dominanti”, argumentando que o “processo informativo contribui para descontextualizar um acontecimento, para destacar um acontecimento do contexto em que se produziu e finalmente recontextualizá-lo nas formas informativas”(GROSSI, G. 1984, p.384).

Exatamente neste processo de descontextualização/recontextualização consistirá o fenómeno da construção da realidade social para o qual está orientada a atividade jornalística e que se manifesta tanto nos noticiários televisivos quanto na narração jornalística do acontecimento. Essa argumentação, marcadamente no campo da sociofenomenologia, pretende juntar-se ao contingente de teóricos que investigam os efeitos cognitivos da notícia como produção capaz de conduzir à construção da realidade social.

Todo o trabalho narrativo de construção do acontecimento situa-se no âmbito da perspectiva da produção de um “efeito de realidade”. Este é caro ao jornalismo, que se legitima a partir de estruturas de produção pautadas principalmente na tríade veracidade, objetividade e imparcialidade. Muitas teorias enveredaram pelo caminho proposto por Gaye Tuchman em “La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad”, em 1983: “a noticia é uma janela para o mundo”. Ao aforismo seguia-se a explicação de que:

“através dela os norte-americanos aprendem sobre si mesmos e sobre os outros, sobre suas instituições, líderes e estilos de vida, e sobre os de outras nações e povos. A notícia tende a dizer-nos o que queremos saber, o que precisamos saber e o que deveríamos saber”
(TUCHMAN, G. 1983, p.13)

Tuchman refere-se, porém, a um período específico do jornalismo que, mesmo nos Estados Unidos, é hoje ultrapassado. Um jornalismo ainda desvinculado dos procedimentos de espetacularização a que se encontra hoje sujeitada toda a mídia. Trata-se de um período (muito bem descrito por Lasch, Christopher em “A rebelião das elites”) em que vigorava um jornalismo visto ainda com uma instância da “esfera pública” e do debate profícuo de idéias.

Mas afinal, considerando que as narrativas se fragmentaram, qual seria o perfil da narrativa hoje que se pretendesse capaz de produzir um olhar afirmativo sobre a alteridade, especialmente sobre os grupos minoritários?

Sustenta o argentino Aníbal Ford que as sociedades em crise são mais “textualizadas” do que “gramaticalizadas”, caindo sempre por terra as grandes classificações, para se tornarem mais corporais e narrativas. Ele exemplifica seu argumento com um registro da cultura mapuche, uma etnia originária do vale central chileno, segundo a qual, uma vez escritas, “as palavras perdem o valor que a boca lhes deu”. Em seguida:

“Somente uma narrativa de acontecimentos (nutran) ou uma narrativa de ficções, contos e fábulas (epeu) não serão perdidas. As coisas escritas se perdem, a palavra ouvida fica sempre”. Ford argumenta que o mundo é composto de muitas mensagens e que a preocupação com o registro escrito parece não ser capaz de comportar toda a multiplicidade cultural existente. (FORD, A.)

Nesta mesma trilha, caminha o espanhol Gonzalo Abril: “Um marco histórico como o contemporâneo consta de tempos históricos heterogêneos (as “contemporaneidades não contemporâneas” de que falou E. Bloch) e de espaços culturais igualmente heterogêneos e complicados. Pensemos que as convenções da narração realista sobrevivem vigorosamente no espaço discursivo da atualidade (na novela, mas também nos relatos jornalísticos e nas ficções audiovisuais da cultura de massa), embora a nossa não seja mais a cultura burguesa em cujo contexto amadureceu este dispositivo semiótico” (Abril, G. 1997: p.48).

O mesmo Gonzalo Abril diz ainda que, na possibilidade de convivência de ordens tão distintas em um mesmo espaço e tempo e de igual maneira, distintas possibilidades de



resistência e articulações, já se pode reconhecer mesmo na atualidade a coexistência de movimentos apenas midiáticos, mas radicais no efêmero instante em que dura o evento na mídia, a exemplo dos movimentos anti-globalização, que ganharam notoriedade a partir dos protestos de Seattle, em novembro de 1999. Outros se articulam sob formas tradicionais de luta e utilizam a mídia sem jamais se apropriar dela e de sua linguagem. Mas há um formato de militância, que seriam os movimentos capazes de perceber a ambivalência política contemporânea, ou seja, aspiram a uma transformação e inclusão sociais — reconhecendo, portanto, a existência de lógicas tradicionais no contexto econômico-sócio-político atual, ao mesmo tempo em que são capazes de se tornarem, em determinados instantes e contextos, totalmente midiáticos. Como bem acentua Abril: “O imperativo de uma explicação histórica exige que nos perguntemos em que novo contexto de relações sociais e de organização da subjetividade hoje adquire e produz sentido a narração realista, como se vê modificada por ele e como o modifica. A que modo de distribuição social do conhecimento, do gosto, das competências semióticas, corresponde a atual divisão da cena narrativa entre os relatos realistas, supostamente “populares” e os relatos, velhos e novos, da vanguarda presumidamente inscrita na alta cultura” (Abril, G. 1997, *ibidem*).

Decorre daí a importância da narrativa nas histórias de vida que compõem o relato das experiências humanas na área rural e nas periferias dos grandes centros urbanos, territórios adequados ao desenvolvimento da comunicação comunitária, praticada por pequenas emissoras de rádio, jornais locais, manuais de ajuda cívica e organizações de natureza educativa. Diferentemente do discurso abstrato e conceitual característico dos estratos sociais mais elevados em termos de renda e de educação, a expressão dos setores periféricos da sociedade contemporânea é fortemente marcada pela narrativa, fato relevante para a comunicação, tanto em nível teórico quanto prático.

Narratologia ou pragmática comunicacional

Reafirma-se, assim, o propósito inicial do reconhecimento da presença da narrativa ainda na atualidade midiática, mas também se abre caminho para se pensar uma atuação afirmativa da estrutura narrativa em outras esferas de sentido. À indagação metodológica, responde Motta que “a metodologia apropriada para uma abordagem antropológica da notícia



é a narratologia, como sugerem Mieke Bal, Tzvetan Todorov, Northrop Frye e outros autores. Para Bal, a narratologia é a teoria dos textos narrativos, que se define sobre um conjunto sistemático ou um segmento de textos narrativos” (Motta, L. 2002, p. 21). Como ele bem observa, em jornalismo, a narratividade não se encontra no corpo de uma notícia individual, mas, quando tomadas em sua seqüencialidade, as notícias objetivas diárias podem constituir uma significação mais ampla e redundar numa sintaxe narrativa coerente.

É precisamente à narratologia (ou à pragmática comunicacional) que se recorre na pesquisa e análise dos modelos narracionais presentes na grande mídia, mas também na pesquisa de outras formas de narrativa atuantes na vida das comunidades periféricas e nos produtos de comunicação comunitária.

Neste sentido, dispor-se a uma revisão da utilização da narrativa como possibilidade de discurso inclusivo — ou seja, aquele voltado para a afirmação minoritária — significa, para nós, retomar o pensamento de Rorty, que enfatiza a redescrição como técnica capaz de gerar o sentimento de solidariedade. Rorty parte do pressuposto de que este não é um sentimento inato ao ser humano e argumenta com exemplos de experiências de crueldade e suas respectivas reações. Segundo ele “o nosso sentido de solidariedade é mais forte quando se pensa naqueles relativamente aos quais se exprime solidariedade como se fossem ‘ um de nós ‘, em que nós significa algo de mais pequeno e mais local do que a raça humana”. (RORTY, R., p.238).

Sua argumentação prossegue, lembrando ainda que a solidariedade, ao contrário do que pretendia Kant, também não se consolida a partir de pressupostos racionais e que uma consciência política cosmopolita não se estabelece a partir da obrigação moral. Por isso, para ele, dentre as atribuições do intelectual moderno — e aí ele se centra para esta tarefa específica no jornalista, no escritor e o poeta — está a de realizar descrições pormenorizadas de dor e humilhação (em romances, etnografias, reportagens, por exemplo), capazes de produzir pensamentos que vejam cada vez mais “as diferenças tradicionais (de tribo, religião, raça, costumes, etc) como não importantes, em comparação com semelhanças no que diz respeito à dor e à humilhação, portanto, a capacidade de pensar em pessoas muito diferentes de nós como estando incluídas na esfera do nós”.(RORTY, R. 239). Dentro desta perspectiva, a narrativa se oferece como peça central de uma estratégia de comunicação inclusiva na luta contra- hegemônica empreendida pelas minorias na atualidade.



Referências bibliográficas

1. HELLER, Agnes O cotidiano e a historia. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972
2. SOARES, Ismar de Oliveira (org.). Para uma leitura crítica dos jornais. São Paulo, Ed. Paulinas, SEPAC, 1984.
3. PAIVA, Raquel. O espírito Comum : mídia, globalismo e comunidade. Petrópolis, Vozes, 1998.
4. FORD, Aníbal. Navegações: comunicação, cultura e crise. Trad. Sergio Alcides. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1999.
5. BARTHES, Roland. O rumor da língua. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.
6. GEERTZ, Clifford. O saber local. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.
7. GRAMSCI, Antonio. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. In: ---. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Circulo do Livro.
8. MARCONDES FILHO, Ciro (org.) Imprensa e Capitalismo. São Paulo, Kairos Livraria Editora, 1984.
9. GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide- para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Editora Ortiz, 1989.
10. TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. Porto Alegre, Ed. Unisinos, 2002.
11. HENN, Ronaldo. Os fluxos da notícia. Porto Alegre, Ed. Unisinos, 2002.
12. RORTY, Richard. Contingência, ironia e solidariedade. Trad. Nuno Fonseca. Lisboa, Ed. Presença, 1992.
13. REBELO, José. O discurso do jornal. Lisboa, Notícias editorial, 2002.
14. VOLLI, Ugo. Il libro della comunicazione – Che cosa significa comunicare idee, strumenti, modelli. Milano, Saggiatore, 1994.
15. FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Trad. Izabel Magalhães. Brasília, Ed. UNB, 2001.
16. LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Trad. Ricardo Correa Barbosa. Rio de Janeiro, José Olympio, 2002.
17. RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo II. Trad. Marina Appenzeller.



Campinas, Papirus, 1995.

18. SANTIAGO, Silvano. O narrador pós-moderno. In:--- . Nas malhas da Letra. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

19. BENJAMIN, Walter. O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:---. Arte e Política – ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol. I . São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

20.ABRIL, Gonzalo. Teoria General de la Información. Ediciones Cátedra, 1997.

21.CLIFFORD, James. A Experiência Etnográfica. Editora da UFRJ, 1998

22.FERRAROTTI, Franco. Histoire et Histoires de Vie. Méridiens, 1983.

23.KOTHE, Flávio. R. A Alegoria. Ática, 1986.

24.MOTTA, Luiz Gonzaga. Para uma antropologia da notícia. In Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, vol. XXV, no. 2, julho/dezembro de 2002.

25.SERRES, Michel. La Traduction. Minuit, 1974.